

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Título: Mestre de Ofícios, as Mãos que Cuidam do Patrimônio - Discussão sobre a Importância dos Mestres Artífices da Construção Civil Tradicional na Preservação do Patrimônio Cultural

Autor: Régis Eduardo Martins

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Cruz Souza

Linha de Pesquisa: Gestão de Preservação

Belo Horizonte - Outubro/2011

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir sobre a importância dos *mestres artífices* enquanto agentes na preservação do patrimônio cultural edificado proveniente do período colonial brasileiro. Os profissionais pesquisados detêm um *saber fazer* ligado às atividades antigamente praticadas na construção civil, que na atualidade já não fazem parte do cotidiano das obras. Nesse sentido conhecer e refletir sobre a ação desses sujeitos é de fundamental importância para o campo de estudos da presente pós-graduação *lato sensu* em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural.

Enquanto detentores de um conhecimento que vem perdendo espaço no campo da ação e adquirindo uma significação memorial, aos *mestres artífices* é atribuído um importante *status* no campo patrimonial pelo duplo viés de sua existência, sendo ao mesmo tempo agentes da preservação e sujeitos detentores de um saber a ser preservado. É nessa perspectiva que se justifica essa pesquisa, uma vez que tratamos de saberes que estão ameaçados de esquecimento e também importantes para a restauração do patrimônio cultural edificado.

Para desenvolver a discussão posta nesta pesquisa recorreu-se a uma descrição preliminar do campo de estudos no qual se inclui o debate a ser feito. Para tanto, inicialmente discorre-se de forma breve sobre a *arquitetura tradicional* e a *construção civil*, a fim de introduzir o meio onde se insere o agente pesquisado. Enquanto praticantes e detentores de um saber fazer específico, não podemos deixar de considerar que os *mestres artífices da construção*

tradicional são herdeiros dos antigos *mestres de ofício*¹ do período colonial brasileiro; sendo assim, temos que considerá-los como parte dos profissionais da construção civil, mesmo que distanciados pelo caráter atual da área.

Feitas essas considerações, podemos discutir o campo da restauração de bens imóveis no Brasil e a importância dos *mestres artífices* na preservação do patrimônio cultural edificado. Como parte dos agentes capazes de garantir a proteção dos bens culturais arquitetônicos, esses profissionais são fundamentais nas obras de conservação e restauro, uma vez que os conhecimentos por eles apropriados permitem realizar intervenções menos agressivas e mais condizentes com as características das edificações antigas.

Na fundamentação teórica necessária ao desenvolvimento da pesquisa recorreu-se a revisão bibliográfica do tema, buscando sempre fontes capazes de fazer a interlocução entre o objeto de pesquisa, a teoria, os campos de inserção do estudo e a caracterização dos personagens estudados. Para tanto, lançou-se mão de autores como: Halbwachs (2006) e Ricœur (2007) ao tratar sobre *memória*; Canclini (2007) para auxiliar na compreensão da *cultura*; Brandi (2005) e as *Cartas Patrimoniais*² quando se tratou sobre a *restauração de bens imóveis*; Castriota (2010) como referência na pesquisa dos *mestres artífices* por semelhança com o tema de pesquisa; sem deixar de considerar a contribuição de outros autores que serviram para a contextualização do objeto de estudo.

Com isso tem-se a intenção de contribuir com a produção de conhecimentos no campo da gestão do patrimônio histórico e cultural, no sentido de pensar correlativamente entre agentes e práticas voltadas para a preservação dos bens culturais, uma vez que as medidas de proteção só têm alcance efetivo se relacionadas com a realidade da sociedade ou grupo envolvido no processo de salvaguarda patrimonial.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de ações que busquem produzir conhecimentos sobre *os modos de fazer* relativos às técnicas artesanais empregadas nas edificações antigas.

¹ “O título de Mestre de Ofício era dado, na época [Período Colonial] aos mais capazes... Dava-se o título de Mestre aos que melhor praticavam um ofício’. Sem querer absolutamente negar que, muitas vezes, o título de Mestre certamente foi atribuído desse modo espontâneo, pensamos, no entanto, que, no geral, os títulos de Mestre, oficial, ajudante, etc., correspondiam aos estatutos bem definidos dos ofícios.” (LEVY, Hannah. A Pintura Colonial no Rio de Janeiro. In: IPHAN, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 6. Rio de Janeiro: SPHAN/MEC, 1942. p. 7-78). Podemos, dessa forma, entender que no Brasil a denominação de *Mestre de Ofício* não se deu igualmente conforme foi atribuída pelas corporações de ofício na Europa Medieval, oferecida a partir de exames e avaliações realizadas pelos juizes de cada ofício. Aqui, provavelmente, pela falta de regulação externa e pela escassez de mão de obra qualificada a denominação Mestre adquiriu um status mais ligado ao *saber fazer* dominado do que ao avaliado propriamente dito.

² As *Cartas Patrimoniais* são documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas de estabelecer normas e procedimentos voltados à proteção do patrimônio cultural em todo o mundo. Nelas são apresentados conceitos e recomendações para ações que visem salvaguardar os diversos bens culturais nas suas manifestações de ordem material ou imaterial.

No campo da restauração de bens imóveis construídos entre os séc. XVI e XIX, o domínio desses saberes é fundamental para garantir a integridade e a autenticidade da arquitetura produzida nessa época. Evitar que o desconhecimento dos materiais e sistemas construtivos empregados nesses edifícios provoque danos inalteráveis ao patrimônio arquitetônico por si sustentaria a justificativa por trabalhos acadêmicos desse gênero; entretanto, a discussão apresentada nessa pesquisa visa estender a questão.

A análise por um duplo foco do papel dos *mestres de ofício*, no âmbito dos patrimônios material e imaterial, tem por finalidade contribuir com o debate voltado ao papel da memória na sociedade ocidental contemporânea. O conflito entre as relações do ser humano com os seus tempos, passado presente e futuro, emerge na urgência de estabelecerem-se elos entre os diversos momentos culturais vividos na formação de grupo social. Entendê-los e aceita-los faz parte do cotidiano de cada comunidade, que diante de um modo de vida extremamente dinâmico provocado pela globalização, necessita lançar âncoras sobre sua história para que sua cultura, ou culturas, garanta a sustentação daquilo que lhe confere identidade.

2. APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS NO QUAL SE INSERE A PESQUISA

2.1. A Construção Civil e a Arquitetura no Brasil

Antes de realizar uma análise propriamente dita direcionada aos Mestres de Ofício, é preciso contextualizar a construção civil e a arquitetura brasileira de uma forma geral, para se ter uma noção do meio que permitiu a tais profissionais adquirirem uma importância elevada no tratamento das obras destinadas à preservação do patrimônio edificado.

A arquitetura brasileira foi fortemente marcada pelo caráter das relações coloniais estabelecidas com Portugal. A dependência econômica e cultural em relação ao Reino fez com que as edificações erguidas no Brasil mantivessem uma marcante uniformidade, construtiva e arquitetônica, ao longo dos quase quatro séculos de domínio português. Nesse sentido, a construção de residências, edifícios públicos e religiosos, obras públicas e demais obras estiveram condicionadas a princípios criados na Metrópole e pouco sofreram modificações quando aqui desenvolvidas.

Ainda, é necessário destacar que havia uma marcante diferenciação no partido arquitetônico de acordo com a finalidade do edifício. As edificações destinadas à Igreja e à Coroa foram

erguidas a partir de projetos e com a determinação do emprego de materiais considerados nobres, como a pedra e madeiras de lei; enquanto as que eram destinadas ao povo não seguiam tais premissas, sendo construídas com os materiais mais abundantes no local (geralmente a argila e madeiras de qualidade inferior) e sem uma concepção projetual previamente estabelecida. Segundo Martins (2010):

Os edifícios mandados construir pela Coroa e pela Igreja, desde que instalados em povoações onde havia a circulação de riquezas³, eram produzidos segundo projetos feitos em Portugal ou por profissionais de origem portuguesa estabelecidos na Colônia, seguindo as tradições arquitetônicas daquele país. As edificações populares tentavam resgatar as feições das existentes no Reino, adotando partidos estilísticos semelhantes, porém eram erguidas sem ser projetadas ou sequer, na maioria dos casos, dispunham de mão de obra especializada. (MARTINS, 2010, p. 67)

Nesse contexto, a arquitetura brasileira até meados do séc. XIX foi marcada pela produção artesanal dos diversos elementos construtivos. Não havia uma normatização segundo as dimensões e o estilo a ser seguido, mas uma intenção formal de seguir os cânones arquitetônicos existentes, relativos à tipologia construtiva⁴ existente na época. Dessa maneira, cada edificação adquiriu um caráter único ligado ao tipo de material empregado, à finalidade do edifício e ao saber do construtor que empregava a técnica por ele dominada.

Esse quadro da arquitetura coincidentemente começou a se transformar com o desenvolvimento das ferrovias no centro-sul do Brasil, um dos fatos que permitiu a melhoria da comunicação entre as diversas regiões povoadas do país. Os novos meios de transporte permitiram a introdução de materiais e elementos industrializados provindos da Europa, os quais se mesclaram ao conhecimento construtivo já existente em terras brasileiras. Ainda é importante destacar a importação de edificações completas que vinham desmontadas em

³ A produção da arquitetura colonial, posteriormente considerada monumental, estava condicionada a instalação em locais onde existisse a abundância de riquezas. Essas edificações de vulto são encontradas em locais como: Ouro Preto e outras cidades mineiras, onde o ouro e o diamante as proporcionaram grandiosidade; Rio de Janeiro e Salvador, capitais da Colônia e de onde se escoavam as riquezas minerais e do açúcar para Portugal; Olinda, capital da Capitania de Pernambuco; entre outras que obtiveram *status* devido à ligação com a opulência proporcionada pela exploração.

⁴ Entre as principais referências arquitetônicas do período colonial brasileiro podem-se destacar a busca por uma distribuição harmônica das aberturas; a tendência por tratar a fachada como um elemento independente do resto da edificação; a ocupação frontal do terreno e a distribuição interna dos cômodos, seguindo a lógica sala/alcova; cozinha segundo a concepção medievo-árabe das construções portuguesas.

navios e aqui erguidas segundo as instruções de montagem. Sobre estas asserções Reis Filho (2006) diz que:

As mudanças socioeconômicas e tecnológicas ocorridas durante a segunda metade do século XIX implicaram, no Brasil, em profundas transformações nos modos de habitar e construir. As novas condições nos transportes, criadas com a instalação das ferrovias e linhas de navegação fluvial, vieram permitir o aparecimento de um fenômeno completamente novo na arquitetura: os edifícios importados, produzidos pela indústria. Fabricados nos países europeus, vinham desmontados, em partes, nos porões dos navios. A importação era completa, pois compreendiam de estruturas e vedações até coberturas, escadas e peças de acabamento, que aqui eram montadas, conforme as instruções e desenhos que as acompanhavam. (REIS FILHO, 2006, p.156)

As mudanças introduzidas no séc. XIX conduziram à gradual transformação dos modos de construir e permitiram o posterior desenvolvimento da indústria dos materiais de construção no Brasil. Provocado por este contexto, na década de 30 do séc. XX a arquitetura modernista foi introduzida no país com o Edifício Capanema no Rio de Janeiro, tal fato deu suporte a inserção do país no quadro da arquitetura desenvolvida nos EUA, Europa e em outras partes do mundo.

Apesar da corrente de modernização provocada pelos novos métodos construtivos e materiais, a mesma tendência demorou a se firmar na construção civil enquanto setor produtivo. A dependência do trabalho manual não permitiu o abandono completo do modo artesanal de construir e manteve-se por boa parte do século XX como uma realidade no setor. Nesse sentido, Hardman e Leonardi (1991) observam que:

No século XIX e início do atual, entretanto, a construção civil ainda guardaria muitas das características da arquitetura do século XVIII. Na construção de casas residenciais, o trabalho ainda era artesanal, sendo empregados muitos artistas nos serviços de alvenaria e madeira, guarnecimento de janelas e balcões, utilização de ferro forjado, azulejos etc. (HARMAN; LEONARDI, 1991, p.39)

Somente muito recentemente no Brasil tem-se caminhado para a predominância de métodos construtivos mais modernos, ligados às construções em estruturas pré-fabricadas de concreto

armado e metálicas. Mesmo assim, ainda é possível observar o predomínio da artesanidade no modo de construir entre os profissionais que atuam com edificações de pequeno porte.

2.2. O Profissional da Construção Civil

De acordo com o senso comum sobre o setor, a construção civil é um espaço dominado pelo baixo nível de escolaridade, pela alta rotatividade da mão de obra, pelos altos índices de desperdício de material e de acidentes de trabalho; e, também, por se tratar de uma área fortemente influenciada pelos ciclos de crescimento do país, uma vez que por muito tempo foi o setor produtivo responsável por alavancar os índices de empregabilidade aferidos pelo Ministério do Trabalho.

Diante desse quadro desenvolveu-se por muito tempo, de um modo geral, um certo preconceito à construção civil, seja enquanto campo de pesquisa a ser estudado no meio acadêmico seja quando se objetiva tratar dos setor produtivo ligado ao saber fazer industrial. Tomasi (1999) discorre sobre essa imagem negativa relacionada à área:

Não obstante a contribuição de estudos econômicos, a imagem negativa do setor já estava definida, graças a sua dependência do uso da força física e do gesto artesanal do trabalhador que prevalecia às inovações tecnológicas, representadas na indústria, pela introdução de máquinas, equipamentos e componentes cada vez mais performantes que vão revolucionar não somente a fábrica, mas a própria sociedade. (TOMASI, 1999, p. 22)

É necessário observar que boa parte da construção civil não acompanhou a mecanização vista em outros setores, na qual prevaleceu o trabalho manual e o emprego de máquinas de pequeno porte; ao mesmo tempo em que não houve uma adequação à organização do trabalho percebida na indústria. Também, cabe destacar que boa parte das pesquisas científicas destinadas à área dirige-se ao desenvolvimento de materiais, ao comportamento de estruturas e à pós-ocupação dos imóveis; não oferecendo de forma efetiva uma contribuição para o entendimento do setor quanto a sua composição humana. Tendo em vista as características peculiares do setor, bem como, os conhecimentos e a cultura ligada aos seus sujeitos integrantes; ainda muito pouco se sabe sobre os agentes responsáveis pela execução de obras, no intuito de entender como se dá sua formação, suas relações de aprendizagem e sua adequação às tarefas postas.

O trabalhador da construção civil difere bastante da mão-de-obra encontrada em outros setores produtivos ligados à atividade industrial. Nesta área ainda prevalece a formação do profissional apreendida no local de trabalho, a partir do aprendizado desenvolvido de maneira empírica e fundamentado na observação de outros profissionais. Sendo assim, o indivíduo boa parte das vezes não passa por treinamento preliminar e chega à obra normalmente na posição de ajudante. No dia-a-dia do canteiro, o contato com diferentes serviços proporciona a mudança de posição, fazendo com o trabalhador ascenda para uma “classificação⁵” mais elevada que a anteriormente ocupada. A transmissão de conhecimento nesse caso *ocorre com base em relações diretas, de trabalhador para trabalhador* (BARONE, 1999, p. 304) e, geralmente, não condiciona-se a um processo de ensino formal. A autora citada ainda nos diz que:

[...] podemos afirmar que os diferentes ofícios⁶ da construção civil demandam o domínio de um “saber fazer” sobre o processo de trabalho, que diz respeito às habilidades requeridas, para o exercício das atividades. Permanece no setor uma organização do trabalho baseada em uma estrutura de ofícios que, por sua vez, se apoia na qualificação dos trabalhadores. (BARONE, 1999, p.311)

A qualificação aludida pela autora tem a ver com a aquisição de competências pelo profissional, que tende a se situar em determinado nicho entre as atividades comumente existentes na construção civil. Devido a isso, há uma setorização provocada pela natureza do ofício desempenhado, o que produz classificações como as de: pedreiro, carpinteiro, armador, instalador, pintor, entre outras.

Nesse contexto inicial desenvolve-se uma primeira discussão sobre o meio relacionado à construção civil e à arquitetura, contida na elaboração da problemática definida como

⁵ É comum entre as empresas atribuir o termo “classificação” às posições ocupadas pelos trabalhadores. A expressão denomina o grau de qualificação do indivíduo e é maior conforme o conhecimento da tarefa a ser executada e o tempo de serviço.

⁶ É importante ressaltar que o termo *ofício* no Brasil adquiriu conotações diferentes, dadas de acordo com o contexto no qual eram tratadas. De acordo com Luiz Antônio Cunha: “*O termo ofício era empregado em três sentidos. No sentido mais estrito, o ofício era o conjunto das práticas definidoras de uma profissão (o ofício de carpintaria de casa, por exemplo). Em sentido um pouco mais amplo, ofício designava o conjunto de praticantes de uma mesma profissão (todos os carpinteiros de casa, por exemplo). Em sentido ainda mais amplo, finalmente, o termo ofício era sinônimo de corporação, abrangendo mais de um ofício-profissão (os carpinteiros de casa estavam na mesma corporação dos pedreiros, dos ladrilheiros e dos violeiros)*”. (CUNHA, 2000a, p. 42). Nesta pesquisa trataremos do termo *ofício* conforme a primeira definição apresentada, como um conjunto de práticas contidas em uma determinada profissão e capaz de conferir-lhe atributos característicos.

proposta de pesquisa. Esta contextualização geral tem por finalidade tratar da grande área onde se insere os profissionais que serão estudados e o setor sobre o qual se desenvolveu a investigação.

2.3. Mestres de Ofícios, Mestres Artífices da Construção Civil Tradicional

Para melhor apresentar a questão dos mestres artífices da construção civil tradicional é necessário fazer menção ao estabelecimento das atividades manufatureiras no Brasil após a colonização. As ocupações portuguesas em terras brasileiras não ocorreram uniformemente e, por consequência, determinaram em uma distribuição desigual entre as povoações em relação ao tamanho e às atividades profissionais desenvolvidas. Dessa forma a organização corporativa existente em Portugal assumiu um caráter diferente quando implantadas na colônia, definindo-se principalmente a partir da demanda existente em cada local.

Em Salvador e no Rio de Janeiro, sedes do governo português no Brasil são relatadas por diversos pesquisadores a existência de uma organização corporativa semelhante aos moldes europeus de estabelecimento com, no entanto, regimento estabelecido pelas Câmaras e não pela própria corporação. Em outras povoações, na maioria das vezes, o controle das atividades manufatureiras foi estabelecido no interior das irmandades religiosas que tinham função semelhante a das corporações de ofício, com a intenção de regular o aprendizado dos ofícios e as relações de mercado.

Outra característica marcante da produção manufatureira brasileira do período colonial, que foi preponderante na organização e na difusão dos ofícios, tem a ver com o emprego de escravos como mão de obra principal na colônia. Nas povoações nascentes, principalmente nas cidades mineiras do ciclo do ouro, onde a chegada de mestres portugueses não foi capaz de atender a demanda local tendeu-se a empregar negros e pardos nas diversas atividades produtivas existentes. Essa situação gerou tensões no interior das irmandades religiosas, que na regulação dos os ofícios, por consequência, assimilaram as relações sociais de dominação branca existente na época.

Jaelson Bitran Trindade acredita que num mercado de baixa concorrência e grande demanda, no qual era escassa a oferta de mão de obra qualificada, apenas os dispositivos legais corporativos não seriam suficientes para garantir o controle do mercado por parte dos irmãos das sociedades religiosas de brancos. As irmandades seriam, portanto, um desdobramento das

de ofícios mecânicos que, conseqüentemente, davam preferência aos irmãos artífices mencionados nas obras que fossem realizar. Segundo este autor:

A Irmandade é um instrumento de controle e de favorecimento, é um dispositivo necessário e de certo modo eficaz, em relação aos brancos entre si, mas, sobretudo, deles em relação aos pardos livres, em termos da vida econômica. (TRINDADE, 1988, p. 129)

Nesse sentido, apesar da existência de irmandades religiosas de irmãos pardos e negros, estas não foram suficientes para igualar as relações de mercado nas povoações mineiras, apesar da predominância de quase 2/3 de “homens de cor” entre a população da época. Indiferente a essa situação, alguns mestre de origem mulata tiveram grande destaque como mestres de seus ofícios como Antônio Francisco Lisboa, o *Aleijadinho*, e Manoel da Costa Athayde.

Após o fim do período colonial, a introdução gradativa de novas formas de produção manufatureira fez com que as atividades ligadas aos ofícios tradicionais gradativamente entrassem em desuso e perdurassem somente em locais que estas se tornaram necessárias à sobrevivência local ou à manutenção de edificações antigas e, ainda, existem no seio de comunidades existentes no interior do Brasil que mantém algumas manifestações culturais seculares.

A denominação *mestre de ofício*, adotada como referência neste trabalho, teve origem na época medieval conjuntamente com o advento das corporações de ofícios. Na atualidade este termo é usado para se referir a profissionais que detém um determinado *saber fazer* ligado a algumas técnicas construtivas antigas, que devido ao desenvolvimento de novas formas de construir edificações entraram em desuso na maior parte do país. Não obstante, a mesma referência possa ser encontrada na designação de pessoas que dominam outros saberes ligados a práticas artesanais tradicionais.

Com a evolução das técnicas construtivas e a inserção de materiais industrializados na construção de edifícios, as práticas derivadas da arquitetura colonial foram abandonadas após as primeiras décadas do séc. XX na maioria das cidades brasileiras. No entanto, o saber fazer ligado às técnicas construtivas tradicionais sobreviveu em locais onde a renúncia definitiva destas não foi possível, seja por fatores econômicos ou pela existência de edifícios que necessitassem de tais técnicas para obras de manutenções ou reformas.

Tais conhecimentos também foram necessários nas obras de restauro promovidas após a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937. Esse órgão concentrou a responsabilidade para a regulamentação e proteção do patrimônio cultural

no país. Dessa forma, o IPHAN contribuiu de forma decisiva para que determinados ofícios fossem preservados, principalmente, onde existe uma quantidade significativa de edificações do período colonial, uma vez que as orientações para a restauração destes imóveis determinavam a manutenção de técnicas construtivas e materiais semelhantes aos originais, no lugar da simples substituição.

Condicionados por estes e outros fatores, vários ofícios tradicionais da construção civil ainda subsistem espalhados pelo país. Em Minas Gerais, principalmente na região das cidades do Ciclo do Ouro, diversos mestres de ofício ainda podem ser encontrados em atividade, os quais parte atua na preservação do patrimônio edificado parte ainda empregam seus conhecimentos na construção de novos imóveis.

Recentemente, tem sido verificada a intenção de se registrar o conhecimento ligado a essas atividades pelos órgãos de proteção do patrimônio. Em 2005, o IPHAN divulgou um projeto⁷ com a finalidade de documentar os saberes e ofícios tradicionais aplicados à construção e à arquitetura no Brasil. Tal ação resultou em uma pesquisa realizada pelo *Projeto Mestres Artífices* que está estudando o tema em diversos estados brasileiros. Em Minas Gerais, Alonso e Araújo (2010) fazem referência aos seguintes ofícios:

No sítio como um todo foram encontrados mestres e oficiais que executam os mais diferentes ofícios, que contribuíram para formar a sua própria paisagem cultural e de suas localidades. Os ofícios identificados e documentados foram: ofícios de carpinteiro e marceneiro, estucador, forjador artístico, fundidor, marmoraria, pintor, canteiro, esteireiro, ferreiro, pedreiro, oleiro, calceteiro. (ALONSO; ARAÚJO, 2010, p.47)

O entendimento sobre o profissional que se ocupa das atividades relacionadas demanda a caracterização de tal agente. De imediato, sabe-se que os mestres de ofício normalmente possuem uma faixa etária mais elevada e aprenderam os ofícios tradicionais a partir do tirocínio *in loco*, apreendido a partir do contato com as técnicas construtivas antigas. O conhecimento adquirido, em boa parte dos casos, desenvolveu-se na observação de outros mestres artífices em atuação e no cotidiano do canteiro de obras. No contexto que trata da forma de apreensão do saber fazer, os autores, citados anteriormente, fazem a seguinte referência sobre a forma de aprendizado dos profissionais pesquisados:

⁷ Ver OLIVEIRA, Ana G.; NAVES, Maíra F. *Projeto Mestres Artífices: Documentação dos saberes e ofícios tradicionais aplicados à construção e à arquitetura no Brasil*. IPHAN, 2005.

Nota-se no sítio esta clara relação de transmissão do conhecimento, o qual se dá prioritariamente pela relação mestre/aprendiz. [...] Ainda dentre os profissionais identificados, notou-se a presença de alguns com tradição familiar no ofício ou ainda com aprendizado na Europa. (ALONSO; ARAÚJO, 2010, p.48)

O aprendizado dos ofícios conforme o registrado por Alonso e Araújo (2010) se assemelha bastante com o modelo difundido no período colonial, de acordo com a tradição difundida pelas Corporações de Ofícios da Idade Média. No Brasil, cabia às irmandades religiosas e confrarias o papel desenvolvido pelas corporações, como regulador das atividades produtivas e do ensino dos ofícios (HARDMAN; LEONARDI, 1991).

Os laços de aprendizagem baseado na relação mestre/aprendiz, apesar de desvinculados de um mediador externo na atualidade, ainda são predominantes entre os mestres de ofícios. Pode-se presumir que na maioria dos casos, o aprendiz submeteu-se a um período de aprendizado com um profissional já experiente e dele absorveu a técnica. A transmissão do conhecimento nem sempre se dava de modo direto, na forma de ensinamento. O saber era quase sempre adquirido a partir da observação do mestre durante o exercício das atividades e assim internalizado.

Também é necessário destacar que na ausência de mestres para realizar o ensinamento de determinada técnica construtiva, o aprendizado pode-se dar a partir da observação da própria técnica já executada. Alonso; Araújo (2010) destacam que:

A aplicação de trabalhos bastante elaborados [...] fez com que os profissionais contratados atualmente para restaurações nestes edifícios⁸ soubessem tanto quanto seus predecessores, observando e aprendendo o saber fazer até mesmo na própria obra original. (ALONSO; ARAÚJO, 2010, p.48)

Dessa maneira pôde-se tratar brevemente da caracterização dos mestres de ofício enquanto profissionais ligados à preservação do patrimônio edificado, ao mesmo tempo detentores de um saber fazer ameaçado pelas constantes mudanças ocorridas na construção civil a partir do séc. XX e pela industrialização que passou o setor nesse período. Ainda, a discussão pode ser estendida quanto à possibilidade incluir o conhecimento das técnicas construtivas tradicionais no campo do patrimônio imaterial.

⁸ Os autores fazem referência aos prédios das antigas Secretarias de Estado de Minas Gerais, situadas na Praça da Liberdade em Belo Horizonte, que passaram por recente restauração.

3. O CAMPO DA RESTAURAÇÃO DE IMÓVEIS E O PAPEL DOS MESTRES DE OFÍCIO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

3.1. Discussão sobre o Campo da Restauração de Imóveis

Compreender e valorizar o bem cultural são importantes atitudes capazes de permitir a preservação de um determinado patrimônio histórico e cultural.

Segundo Marcos Paulo de Souza Miranda, “a condição primária para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido” (MIRANDA *et al.*, 2009, p. 21-22). Dessa forma, quando é estabelecida a relação entre comunidade e bem cultural a preservação torna-se intrínseca às atitudes daquele grupo. A partir das ideias apresentadas por HALBWACHS (2006) podemos inferir que a ligação entre indivíduo e o meio que o cerca possibilita a proteção, pois o espaço construído contém em si a essência do grupo que o construiu e evoca a sua continuidade. Este autor pondera que:

[...] A estabilidade da habitação e sua aparência interior não deixam de impor ao grupo a imagem pacificante de sua continuidade. Anos de vida comum passados num contexto a esta altura uniforme mal se distinguem uns dos outros, e se poderá duvidar que muito tempo tenha passado e tenhamos mudado imensamente no intervalo. Isso não está totalmente errado. Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. [...](HALBWACHS, 2006, p.159)

A estabilidade evocada pelo espaço edificado garante o desenvolvimento de identidades entre os indivíduos e o meio que os cerca. Desse modo a preservação do patrimônio cultural arquitetônico vai além de um interesse de Estado e concerne à comunidade que detém o bem cultural, pois garante a conservação diária e irrestrita a este. Para tanto, as ações de proteção são sempre feitas a várias mãos, envolvendo desde o cidadão que faz a limpeza do local até o membro da esfera governamental que define a legislação pertinente ao patrimônio.

Entre as várias ações de proteção existem aquelas que vão interferir diretamente sobre o bem cultural a ser preservado. Estas podem ser de conservação, quando envolvem medidas como: a manutenção cotidiana, a restrição do tráfego local, o isolamento de um elemento em perigo,

etc.; ou de restauração quando implica em uma intervenção direta sobre a matéria do objeto. O restauro é um procedimento metodológico-conceitual⁹ de caracterização complexa e deve ser pautado segundo uma série de condições, nas quais têm-se como pressuposto garantir a autenticidade do bem e, ao mesmo tempo, transmiti-lo nessa concepção às gerações futuras.

De acordo com as concepções apresentadas, a execução de obras de restauração em edifícios torna-se um processo de bastante complexidade, envolvendo fatores exógenos ao bem cultural em si. Para a realização de um restauro não basta apenas um diagnóstico preciso do estado de conservação do imóvel, mas antes de tudo, qualquer ação é definida a partir de um estudo particular de cada caso, no qual a intervenção que será estipulada é analisada em referência às diversas implicações relacionadas com todo o contexto cultural, histórico e espacial que o cerca.

Cada etapa que envolve a elaboração de um projeto de restauro, por exemplo, analisa a constituição do bem segundo sua historicidade; suas características arquitetônicas, originais ou acrescentadas; sua inserção no meio urbano ou rural; os materiais utilizados; além de outros pontos importantes, sob os quais irão definir-se as medidas de conservação e restauração a serem realizadas. Tais questões são descritas na *Carta de Restauro* de 1972 concebida na Itália, percorridas da seguinte forma:

A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade. (IPHAN, 2004, p. 157)

⁹ De acordo com Brandi (2004, p. 30), o restauro é "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro".

Não menos criteriosa é a ação da obra de restauro em si, tratado na mesma Carta com os dizeres a seguir:

A execução dos trabalhos pertinentes à restauração dos monumentos, que quase sempre consiste em operações delicadíssimas e sempre de grande responsabilidade, deverá ser confiada a empresas especializadas e, quando possível, executada sob orçamento e não sob empreitada. (IPHAN, 2004, p. 157)

Uma sólida formação do profissional que desempenhará a restauração é um dos quesitos principais para o êxito de uma atividade desse tipo. Por caracterizar-se como uma intervenção direta sobre o bem cultural, o restauro deve ser considerado a última das ações a serem realizadas, sendo sempre precedidas por medidas de preservação ou conservação que não impliquem em interferências propriamente ditas sobre a matéria que constitui o objeto. Somente depois de constatadas a impossibilidade de tais medidas garantirem a proteção do imóvel deve-se realizar a restauração.

O conhecimento e a familiaridade com as características construtivas e arquitetônicas da edificação são pontos fundamentais para o restaurador de imóveis. A falta de uma formação adequada redundará em intervenções equivocadas que, geralmente, implicam em consideráveis perdas na autenticidade¹⁰ do bem cultural. Diante da complexidade que envolve tais ações, assim trata o *Compromisso de Brasília* de 1970:

O problema da recuperação e restauração de monumentos [...] é extremamente complexo [...] porque depende de técnicos qualificados, cuja a formação é demorada e difícil, pois requer, além de tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente desprendimento. (IPHAN, 2004, p. 141)

A preservação dos bens edificados é uma ação desenvolvida no Brasil, sob chancela do Estado, desde 1937 com a promulgação do Decreto-Lei 25, que instituiu a criação do IPHAN. No entanto, apesar de ser uma prática já consolidada no cenário nacional, as intervenções

¹⁰ “Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto e seu significado.” – Carta de Brasília 1995 (IPHAN, 2004, p.325-326)

destinadas ao restauro de edificações até hoje carecem de mão-de-obra especializada para realizá-las.

O desconhecimento das características das construções tradicionais, bem como dos materiais e técnicas utilizados antigamente, tem sido um dos maiores desafios na conservação do patrimônio edificado brasileiro. Nesse sentido, a falta de qualificação profissional necessária à execução de restaurações é um dos problemas recorrentes na construção civil voltada a área. As técnicas construtivas antigamente empregadas nos edifícios estão em desuso em boa parte do país; além disso, o ensino de tais técnicas muitas vezes não faz parte do cotidiano das obras e de cursos de capacitação que atendem o setor.

No Brasil, pensando-se no mercado existente para a preservação do patrimônio edificado, poucas empresas do setor construtivo destinam suas ações somente para o restauro de edifícios. A grande maioria define a atuação no campo da restauração como uma atividade complementar, sem a exigência de manter um quadro profissional especializado para tal função. A falta de uma política sólida de investimentos na preservação e o alto custo da mão-de-obra capacitada para a função são normalmente os maiores empecilhos para a consolidação do restauro como um setor promissor na construção civil, apesar do grande acervo de bens arquitetônicos em todo o país.

Mesmo com todos os debates e ações voltadas à cultura que atualmente repercutem na preservação do patrimônio edificado, o restauro arquitetônico ainda sofre com a falta de investimentos e de interesse, tanto por parte dos agentes políticos quanto da população em geral. Tal situação interfere diretamente na formação de profissionais capacitados para atuar na área, uma vez que não há continuidade nas medidas criadas para atender a demanda de bens que precisam ser restaurados e, por consequência, não incentivam a formação de mão-de-obra especializada.

3.2. O Papel do Mestre de Ofícios na Preservação do Patrimônio Edificado

No centro desse embate insere-se a situação dos mestres artífices que dominam as técnicas da construção tradicional. Estes profissionais são de fundamental importância no campo da restauração de imóveis, uma vez que existe em todo o país um grande número de bens que demandam de preservação. De acordo com a metodologia empregada no restauro, deve-se sempre preferir a manutenção de técnicas e materiais semelhantes aos originais. Segundo a *Declaração de Amsterdã* de 1975:

[...] é importante atentar para que os materiais de construção tradicional ainda disponível e as artes e técnicas tradicionais continuem a ser aplicados (IPHAN, 2004, p. 209).

Igualmente, a *Carta de Restauro* de 1972:

[...] uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos da obra. Esse princípio deve sempre guiar as escolhas operacionais. (BRANDI, 2005, p. 244).

Nesse sentido, cabe aos mestres de ofício um papel significativo na preservação do patrimônio arquitetônico derivado do período colonial, séc. XIX e início do XX. O caráter artesanal das edificações provenientes destas épocas exige mão de obra especializada na restauração, uma vez que o conhecimento das técnicas construtivas e materiais são fundamentais para o bom desempenho dos serviços a serem executados.

A questão principal nesse caso tem a ver com manutenção e a apropriação do saber fazer ligado às técnicas tradicionais pelos profissionais que atuarão nas obras de restauro. Em determinados locais esse conhecimento ainda é uma experiência vivenciada por mestres ou grupos que desenvolvem essas práticas; entretanto, na maior parte do país é possível verificar o desconhecimento de tais atividades, haja vista que estas já estão em desuso há vários anos.

Se de um lado o saber fazer das técnicas da construção tradicional se encontra ameaçado pelo caráter atual da construção civil e pela perda das referências culturais causadas pela homogeneização provocada pela indústria cultural; por outro lado há uma tendência à revalorização deste saber. Castriota (2010) nos diz que:

Ao se tratar dessas técnicas tradicionais não podemos perder de vista que, num mundo em rápido processo de globalização e homogeneização cultural, elas se encontram crescentemente ameaçadas por um processo de rápido desaparecimento. Se esta vai ser a tendência dominante, pode ser detectada, no entanto, uma contra-tendência no que diz respeito às técnicas tradicionais: o reconhecimento da necessidade de se preservar o patrimônio edificado bem como a crescente preocupação ecológica têm levado à sua revalorização. (CASTRIOTA, 2010, p.24)

Dessa forma, o papel do mestre de ofício no campo da restauração de imóveis é de fundamental importância para a manutenção do saber fazer ligado à prática desse profissional.

O mercado produzido pela preservação do patrimônio edificado é um dos caminhos para fomentar a formação de novos mestres e, assim, garantir que o conhecimento das técnicas tradicionais seja transmitido para as novas gerações.

4. CONCLUSÃO

É interessante fazer uma reflexão sobre o papel adquirido pelo saber fazer ligado às atividades desempenhadas pelos mestres de ofício.

O conhecimento acerca dos ofícios tradicionais da construção civil também pode ser tratado como um patrimônio de ordem imaterial, quanto à natureza de sua existência e enquanto prática cultural. O saber concernente a essas práticas ancestrais definem os mestres artífices pelo pertencimento a um grupo específico de trabalhadores, conferindo-lhes identidade própria.

Diante desse caráter memorial atribuído aos ofícios tradicionais, Castriota (2010) destaca a importância destas técnicas como parte do que se considera patrimônio intangível:

É neste quadro mais amplo que devem ser situadas as chamadas *técnicas construtivas tradicionais*, importante ‘saber fazer’ a ser preservado como patrimônio intangível. Como se sabe, a arquitetura tradicional, fruto de um conhecimento profundo do meio envolvente e da sua relação com os materiais, é um dos mais importantes testemunhos dos modos de viver de um povo e da visão de mundo de uma cultura, que se manifesta na presença humana no território, integrando contextos socioeconômicos, técnicos e culturais. (CASTRIOTA, 2010, p. 24)

A partir dessa ideia podemos discutir a prática dos ofícios na perspectiva da dimensão cultural da relação dos mestres de ofício com seu saber. Nesse sentido é importante o quadro teórico apresentado na obra de Nestor Garcia Canclini, que discute principalmente a ideia de cultura na contemporaneidade como uma definição *sociosemiótica*. Segundo este autor

[...] a cultura abarca o *conjunto dos processos sociais de significação* ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o *conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social* (CANCLINI, 2007, p. 41).

Nesse sentido, pode-se compreender como os deslocamentos de função e significado dos objetos assumem diferentes perspectivas de interpretação no trânsito de uma cultura para outra.

No que tange esta pesquisa, essa possibilidade de definição de cultura permite analisar o duplo contexto no qual está inserido o conhecimento dos ofícios tradicionais, enquanto prática constituinte e identificadora de um determinado grupo e como um conjunto de saberes em processo de esquecimento.

O entendimento desse duplo papel contido na atividade dos mestres de ofícios se dá como condição do processo de preservação patrimonial na atualidade. A urgência de se definir uma memória da sociedade ocidental contemporânea depende da criação e ressignificação dos processos sociais, como meio de interferir no curso do tempo e inferir a marca da contemporaneidade. Não obstante, não se pode deixar de considerar que a definição de cultura subentende a ação de significação e de transformação do meio. Entretanto, a dinâmica do modo de vida atual nos países capitalistas tende a uniformizar numa perspectiva global as tendências culturais e, por consequência, reduzem as diferenças.

A menor discrepância cultural entre as sociedades colocam em risco a questão das identidades locais. Desse modo, tende-se a considerar as práticas culturais ancestrais como depositárias da memória, como uma figuração que:

[...] consiste em fazer reviver o passado evocando-o entre várias pessoas, uma ajudando a outra a rememorar acontecimentos ou saberes compartilhados, a lembrança servindo de *reminder* para as lembranças da outra. Esse processo memorial pode certamente ser interiorizado sob a forma da memória meditativa, que o *Gedächtnis* alemão traduz melhor, com o apoio do diário íntimo, das Memórias e antimemórias, das autobiografias, em que o suporte da escrita confere materialidade aos rastros conservados, reanimados e novamente enriquecidos por depósitos inéditos. Assim, faz-se provisão de lembranças para os dias vindouros, para o tempo dedicado às lembranças. (RICCEUR, 2007, p.55-56)

Os rastros conservados ganham vida na existência ou, pelo menos, no registro das práticas e conhecimentos vindos do passado, assim como, nos edifícios e obras conservados. Sendo assim, a existência de mestres de ofício em atividade permite uma experimentação da memória, de forma a constituir um campo de identidade.

Sendo assim, tal atribuição corrobora com a necessidade de se manterem laços entre um presente altamente mutável e o passado, servindo como âncora para amparar a falta de referenciais atuais e aquiescer significado ao futuro. O efeito museal, consequente desse processo, coincide com uma luta cotidiana contra o esquecimento, consentida na percepção e proteção de qualquer traço existente das civilizações passadas, sejam eles materiais ou correspondentes a práticas culturais ancestrais. Para tanto, são necessários definir indicadores deste tempo passado, a fim de proteger a sociedade contemporânea de sua inconstância de valores socioculturais e referenciais homogêneos. Paul Ricœur (2007) aborda tal questão em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento*:

Trata-se de fato de indicadores que visam proteger contra o esquecimento. Distribuem-se dos dois lados da linha divisória entre a interioridade e a exterioridade; encontramos-os uma primeira vez na vertente da recordação, quer sob a forma fixa da associação mais ou menos mecânica da recordação de uma coisa por outra que lhe foi associada na aprendizagem, quer como uma das etapas *vivas* do trabalho de recordação; encontramos-os uma segunda vez como pontos de apoio exteriores para a recordação: fotos, cartões postais, agendas, recibos, lembretes (o famoso nó no lenço!). É dessa forma que esses sinais indicadores advertem contra o esquecimento no futuro: ao lembrar aquilo que deverá ser feito, eles previnem que se esqueça de fazê-lo [...]. (RICCEUR, 2007, p.55)

Nesse sentido, o saber fazer ligado aos mestres artífices torna-se uma espécie de “nó no lenço”, um lembrete de que os significados do passado devem ser estáveis o bastante diante da *solvência* do presente. Sendo assim, o conhecimento relacionado aos ofícios tradicionais adquire importância na preservação do patrimônio cultural não somente em um caráter museal; mas, antes de tudo, por se tratar de uma prática ainda vivenciada e capaz de assegurar a existência de outros bens culturais.

5. REFERÊNCIAS

ALONSO, Paulo H.; ARAÚJO, Guilherme M.. Técnicas Construtivas Tradicionais em Minas Gerais: Sítios, Localidades e Ofícios. In: CASTRIOTA, Leonardo B.. *Mestres Artífices da*

Construção Tradicional – Minas Gerais. IPHAN/Monumenta, 2010. p. 37-62. Disponível em: <http://issuu.com/alexisazevedo/docs/caderno_memoria_mg>. Acesso em: 27 Ago. 2011.

BARONE, Rosa E. M.. *Canteiro-Escola: trabalho e educação na construção civil*. São Paulo: Educ, 1999. 400p.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê, 2004. 262 p.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997. 385p.

CANCLINI, Nestor G. *Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas de interculturalidade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 284p.

CASTRIOTA, Leonardo B.. O Registro dos Mestres Artífices: Preservação do saber fazer da construção tradicional. In: CASTRIOTA, Leonardo B.. *Mestres Artífices da Construção Tradicional* – Minas Gerais. IPHAN/Monumenta, 2010. p. 23-36. Disponível em: <http://issuu.com/alexisazevedo/docs/caderno_memoria_mg>. Acesso em: 27 Ago. 2011.

COSTA, Maria Cristina C.. *Sociologia – Introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005. 416p.

CUNHA, Luiz A. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília Flacso, 2000a.

GALVÃO, Ana M. O.; LOPES, Eliane M. T.. *Território Plural: A pesquisa em história da educação*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010. 112p.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. 336 p.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN/BRASIL). CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. 408p. (Edições do patrimônio).

LEVY, Hannah. A Pintura Colonial no Rio de Janeiro. In: IPHAN, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 6. Rio de Janeiro: SPHAN/MEC, 1942. p. 7-78

MARTINS, Régis E.. *A Habitação vernacular no Séc. XVIII – Residências Mineiras do Período Colonial*. Monografia apresentada no curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para

obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro. Ouro Preto: IFMG-OP, 2010. 132 p.

MIRANDA, Marcos P. de S. Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural. In.: MIRANDA, Marcos P. de S. et al. (Org.). *Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do patrimônio*. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 15-23.

REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 11^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 211p.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 535 p.

TOMASI, Antônio P. N. *A construção social da qualificação dos trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte: um estudo sobre os Mestres-de-Obras*, Relatório de pesquisa - CNPq. Belo Horizonte, Fafich - UFMG, 1999.

TRINDADE, Jaelson B. Arte Colonial: corporação e escravidão. In: ARAÚJO, Emanuel (Org.). *A mão afro-brasileira – significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988. p. 119-131.